

Moção

Pela restituição de um serviço de limpeza e higiene urbana inteiramente municipal

A cidade de Lisboa vive hoje uma situação caótica ao nível da recolha do lixo e limpeza das ruas, que põe em causa a qualidade de vida e do meio ambiente urbano de quem vive em Lisboa, nela trabalha ou visita.

Embora esta situação se tenha intensificado nos últimos meses, tem-se mostrado cíclica e deve a sua génese à reorganização administrativa da cidade de Lisboa levada a cabo em 2012 e que implicou a passagem de competências para as Juntas de Freguesia, fruto do entendimento do PS com o PSD na CML e na AML ao qual o PCP sempre se opôs.

A CML foi neste sentido esvaziada de competências, às quais se associaram meios humanos, materiais e patrimoniais. Dos cerca de 1800 trabalhadores transferidos em 2014 para 23 freguesias, 812 pertencem às categorias de cantoneiro e encarregado operacional.

Mesmo com as contratações ocorridas entre 2014 e 2022 a CML continua com um défice de mais de 330 trabalhadores dos quais 270 na categoria de cantoneiro.

Esta transferência não se seguiu uma política de contratação de pessoal que assegurasse adequadamente as exigências diárias dos serviços de limpeza e higiene urbana da CML o que levou à rutura da capacidade de serviços como o de recolha de resíduos sólidos urbanos.

Perdeu-se escala e capacidade para dar uma resposta célere e integrada, representando um profundo retrocesso na resposta aos interesses e necessidades dos Lisboetas e dos que cá trabalham.

As consequências são hoje agravadas em períodos de maior produção de resíduos sólidos, resultado de investimento claramente insuficiente em termos da frota, deficiências ao nível da organização dos circuitos de recolha e na formação dos trabalhadores.

Constata-se igualmente uma desvalorização das condições de trabalho nas várias instalações municipais, que não respeitam, em muitos casos, as disposições legais em termos de saúde, higiene e segurança no trabalho. A ausência de manutenção do edificado e dos vários espaços de utilização diária (balneários, vestiários, zona de refeições, sanitários, etc.) demonstra igualmente o esquecimento a que foi votado o serviço de limpeza e higiene urbana, com natural prejuízo para os respetivos trabalhadores.

O desinvestimento neste serviço é acompanhado de um aumento da sobrecarga horária e da penosidade exigidas dos trabalhadores em total desconsideração pelas normas em vigor no campo da saúde e segurança no trabalho. Esta contradição reflete-se no aumento do risco de acidentes de trabalho, número que aumentou consideravelmente conforme relatórios do departamento de saúde, higiene e segurança da autarquia.

O que os serviços de limpeza e higiene urbana da CML carecem urgentemente é de mais trabalhadores em todas as categorias, mais viaturas adequadas às especificidades da cidade, mais formação profissional, mais investimento nas condições de trabalho e mais sensibilidade na definição dos circuitos de remoção.

O executivo camarário ignora os problemas causados pelo subfinanciamento crónico, escudando-se na ideia de proximidade aos cidadãos bem como nas possíveis poupanças na gestão dos serviços, mas cujas verdadeiras intenções são a privatização de serviços, redução do número de trabalhadores, aumento da precariedade dos vínculos laborais, que em si, comprometem a execução de um serviço público de qualidade.

Não podemos aceitar que a resolução dos problemas existentes com a recolha do lixo passe pela precarização dos vínculos dos trabalhadores da higiene urbana nas Juntas de Freguesia ou nas empresas privadas, tal como não podemos aceitar as debilidades das Juntas de Freguesia na prestação do serviço por falta de meios, soluções almejadas por PS, PSD e CDS, que optam por medidas avulsas que não resolvem o problema de fundo e a necessidade de encarar os serviços de limpeza e higiene urbana à escala da cidade de forma integrada para assim poder dar uma resposta mais eficaz às necessidades.

Urge revogar o modelo de gestão preconizado pela reforma administrativa que se mostra incapaz de responder às necessidades da população. Esta revogação deverá ser o ponto de partida para a contratação pela CML de mais

trabalhadores e também para que esta reassuma as suas responsabilidades voltando a prestar um serviço público de qualidade aos munícipes e aos visitantes, com respeito pela estabilidade e pelos direitos dos seus trabalhadores.

Assim, os eleitos do PCP propõem que a Assembleia de Freguesia de São Vicente na sua sessão do dia 22 de Dezembro de 2022, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1. Reassuma todas as valências da higiene e limpeza urbana, assegurando a sua gestão integrada na cidade de Lisboa, com todas as suas responsabilidades, prestando um serviço público de qualidade aos seus munícipes e visitantes e assegurando estabilidade e direitos laborais aos seus trabalhadores;
2. Proceda à contratação de mais trabalhadores e à aquisição de novos equipamentos, adequados para uma efetiva e eficaz recolha dos resíduos sólidos, limpeza e lavagem das ruas, em condições de segurança para os trabalhadores.

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de São Vicente

Lisboa, 22 de Dezembro de 2022